



Nos termos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC), a fiscalização prévia, a cargo da 1.<sup>a</sup> Secção do Tribunal de Contas, aprecia a legalidade financeira dos atos, contratos e outros instrumentos geradores de despesa ou representativos de responsabilidades financeiras, antes de as mesmas serem realizadas.

#### SUMÁRIO EXECUTIVO

Durante o mês de julho de 2022 foram visados expressamente 101 atos e contratos submetidos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas (Sede e Secções Regionais dos Açores e da Madeira), representando mil milhões de euros.

No mesmo período não houve recusas de visto.

#### DECISÕES DA FISCALIZAÇÃO PRÉVIA NO MÊS DE JULHO

TIPOS DE DECISÃO	N.º PROCESSOS	%	VALOR (€)	%
Visto	56	40,00	952 081 080,22	92,82
Visto com Recomendações	33	23,57	60 603 558,31	5,91
Declaração de Conformidade Homologada	12	8,57	13 021 246,51	1,27
Recusa de Visto	0	0,00	0,00	0,00
Outras extinções da instância (*)	39	27,86	0,00	0,00
<b>TOTAL DE DECISÕES</b>	<b>140</b>	<b>100</b>	<b>1 025 705 885,04</b>	<b>100</b>

(\*) Inclui devolvidos não sujeitos a visto, extinção da instância por deserção, indeferimento liminar, cancelados por desistência e outros cancelamentos

#### TOTAL ACUMULADO NO ANO DE 2022

TIPOS DE DECISÃO	N.º PROCESSOS	%	VALOR (€)	%
Visto	440	35,77	1 935 858 561,46	65,94
Visto com Recomendações	381	30,98	860 914 094,60	29,32
Declaração de Conformidade Homologada	106	8,62	72 682 109,72	2,48
Recusa de Visto	17	1,38	44 019 873,97	1,50
Outras extinções da instância (*)	286	23,25	22 422 884,73	0,76
<b>TOTAL DE DECISÕES</b>	<b>1230</b>	<b>100</b>	<b>2 935 897 524,48</b>	<b>100</b>

#### Ligações úteis

- Acórdãos de recusa de visto (da 1.<sup>a</sup> Secção) e outras Decisões em processos de fiscalização prévia (da 1.<sup>a</sup> Secção)
- Sínteses de jurisprudência da 1.<sup>a</sup> Secção, por assunto e por tipo de decisão